

Sumário

Número de notícias: 14 | Número de veículos: 8

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Receita terá ferramenta para abrir CPFs de fundos3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para Pinto, abordagem regulatória precisa mudar 4

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

A inequívoca melhora da tributação no Brasil5

O GLOBO ONLINE - RJ - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

O Congresso, sobretudo a Câmara, é o centro da crise brasileira 8

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

As medidas fiscais e o Plano Brasil Soberano 9

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Campos Neto afirma que nível de gastos do governo é "sustentável", mas critica tributos
..... 10

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Suprema Corte decide sobre taxas em novembro 11

O ESTADO DE S. PAULO - CULTURA E COMPORTAMENTO
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vítimas comerciais de Trump ignoram ataques, e a China ganha espaço (Artigo)12

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Deputado negocia tributação de LCAs e CRAs com ruralistas14

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Macron nomeia centrista Sébastien Lecornu como novo premiê da França 16

CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - CIDADES
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Enviado à Câmara, projeto do Refis 2025 prevê descontos de até 60% em juros e multas
..... 17

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
ECONOMIA

A hora da verdade no acordo Mercosul-UE (Editorial) 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"País tem de resolver questão fiscal para mudar de agenda"21

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
ECONOMIA

Ao estilo chinês, Hong Kong reconquista posição como centro financeiro global23

Receita terá ferramenta para abrir CPFs de fundos

Giordanna Neves

De Brasília A **Receita Federal** vai adotar uma ferramenta "mais inteligente" para identificar o CPF de beneficiários finais em fundos de investimento. O mecanismo já existe hoje, mas será aprimorado por meio de uma declaração anual mais eficiente.

O órgão anunciou na segunda-feira a prorrogação até 22 de setembro da consulta pública sobre a nova minuta de uma instrução normativa que regulamenta justamente a declaração anual dos beneficiários finais de pessoas jurídicas, nacionais ou estrangeiras, e de arranjos legais (trusts) que investem ou atuam no Brasil. A norma propõe o chamado Formulário Digital de Beneficiários Finais-e-BEF, uma plataforma digital para prestação padronizada e detalhada das informações, substituindo o atual processo burocrático e não padronizado.

A prorrogação da consulta, atendendo pedido da Anbima, permitirá que o mercado envie comentários e sugestões sobre a regulamentação da prestação de informações por meio do formulário.

O documento deverá ser preenchido por pessoas jurídicas já existentes, bem como no caso de abertura de novas empresas, ou qualquer alteração nos beneficiários finais. A partir dessa inovação, o dado do beneficiário final coletado pela Receita será expressamente considerado como dado cadastral. O órgão disponibilizará o formulário pré-preenchido com as informações constantes em seus sistemas, sem prejuízo da obrigatória conferência e eventuais complementações por parte do declarante.

"Essas medidas, ainda que restritas a um universo pequeno de contribuintes dentro do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), possibilitam maior garantia de dados do BF [beneficiário final] adequados, precisos e atualizados, proporcionando maior transparência às PJ [pessoas jurídicas], nacionais e estrangeiras, assim como a trusts e arranjos legais similares que atuam no Brasil", diz a Receita.

Há duas semanas, em esforço para coibir o uso de estruturas financeiras por parte do crime organizado, a **Receita Federal** publicou uma instrução normativa que obriga as fintechs a fornecer informações

atualmente exigidas de bancos tradicionais. As empresas deverão apresentar a e-Financeira, um conjunto de arquivos que detalha cadastro, movimentações, saldos, aplicações e outros dados, utilizados para controle e avaliação de risco.

Em entrevista ao Valor, o secretário da Receita, Robinson Barreirinhas, disse que o órgão espera receber das fintechs, ainda este mês, informações sobre as movimentações financeiras de seus clientes realizadas desde o início do ano. Isso vai potencializar as fiscalizações, disse ele.

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

Para Pinto, abordagem regulatória precisa mudar

De São Paulo O mercado de capitais passou por uma transformação completa nos últimos 20 anos graças a uma série de reformas microeconômicas, com as ofertas de títulos e valores mobiliários passando de R\$ 30 bilhões para a casa do R\$ 1 trilhão no ano passado, mas eventos recentes mostram que há desafios a enfrentar, disse Marcos Pinto, secretário de reformas econômicas do Ministério da Fazenda. O modelo regulatório precisa mudar.

"Embora ninguém discuta a qualidade das leis e da regulamentação, alguns casos de fraude no nosso mercado - um desses casos tivemos impactos para o mercado como um todo -, embora sejam exceção, lembraram que precisamos ser vigilantes e melhorarmos regras para que não aconteçam novamente", afirmou, sem mencionar as operações da Polícia Federal, **Receita Federal** e Ministério Público que investigam elos do crime organizado com o setor financeiros.

Pinto citou o avanço de projeto de lei no Congresso que prevê a reforma o mercado de capitais. "As regras que temos hoje são boas, claras, protegem o investidor, não creio que hoje estejam abaixo do nível de qualquer país desenvolvido", disse. "Mas para melhorar a regulamentação, tentamos reforçar o poder da CVM, pela primeira vez aumentamos o orçamento, contratamos pessoas pela primeira vez em dez anos, ainda é preciso dar mais independência à gestão do seu orçamento." Ele comentou ainda que a CVM levanta dinheiro suficiente para cobrir alguns custos e que poderia aplicar o dinheiro arrecadado para melhorar a supervisão. "A CVM, apesar de ser superpoderosa, só pode impor multas, não podemos ordenar ninguém a pagar algum tipo de indenização a alguém que tenha sofrido perdas por quebra de regras no mercado de capitais." Para que o investidor possa ser ressarcido por fraudes cometidas por acionistas ou outros envolvidos, Pinto sugeriu que alguns mecanismos precisam ser aprimorados. "Não queremos ações coletivas infundadas, mas que os investidores sejam compensados." Para além do fortalecimento da CVM, Pinto disse que a abordagem regulatória precisa mudar. "Hoje o modelo está focado em produtos e segmentos e não necessariamente no objetivo que a regulamentação pretende atingir. Isso tem aberto a porta para uma série de distorções." "Os players de mercado escolhendo o melhor regime para si nem sempre é o melhor para investidores e consumidores", disse Pinto. "Temos que reformar o

sistema para que esse tipo de arbitragem regulatória não seja mais possível. Temos visto mais risco sistêmico no mercado, alguns fundos de investimentos estão começando a se parecer mais com bancos do que no passado", continuou. "A CVM não tem ferramentas, nem mandato legal para lidar com isso, nem tem autoridade para fazer supervisão de fundos de investimentos de direitos creditórios", exemplificou. (AC)

Site: <http://www.pressreader.com/brazil/valor-econ%C3%B4mico>

A inequívoca melhora da tributação no Brasil

Opinião +

Benito Salomão, professor do Instituto de Economia e Relações Internacionais e do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Uberlândia

Todos concordam que o sistema tributário deveria ser equitativo, que cada contribuinte deveria contribuir com uma participação justa pelo custo do governo. Mas não existe consenso sobre como a contribuição justa poderia ser definida

O trecho traduzido do livro *Public finance in theory and practice* chama atenção para um dos temas essenciais em finanças públicas: a tributação justa. Nos últimos anos, o Brasil tem dado importantes passos em direção a um modelo tributário melhor, o que torna o trecho oportuno. A reforma de tributação indireta, cuja transição para o modelo do IVA dual entrará em vigor em 2026, trará relevantes impactos. No capítulo 12 do livro, Richard e Peggy Musgrave dissertam sobre os princípios de um bom regime tributário. São eles: neutralidade, simplicidade e equidade.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Isso posto, a migração do sistema tributário atual para o modelo IVA torna o código tributário mais simples, já que se trata de um sistema em utilização em parte do mundo. Imagine uma multinacional com planta produtiva no Brasil e em outros países que adotam o IVA. Pelo modelo tributário atual, ao optar por produzir no Brasil, essa empresa teria custos com serviços contábeis e jurídicos associados à nossa **legislação tributária**, que tornariam a planta brasileira mais ineficiente em relação às demais localidades.

Em suma, o regime de tributação indireta no país gera a necessidade de serviços a ela associados que oneram a produção e penalizam a empresa nacional. Essa fonte de ineficiência, no entanto, será atenuada com a migração para o IVA dual, que é mais simples e parecido com o modelo de tributação indireta nas principais economias industriais.

Mas a melhora do ambiente tributário não se restringe à reforma da tributação indireta. No fim de agosto, a Câmara votou o requerimento de urgência do PL

1.087/25, que, se aprovado, pode significar um avanço em matéria tributária. O PL propõe isentar a partir do exercício fiscal de 2026 a cobrança do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) dos contribuintes com renda inferior a R\$ 5 mil. Em termos de salário mínimo (SM) para o ano de 2026, previsto no PLOA, de R\$1.631, a isenção abrange pessoas cuja renda é de 3 SMs. Ademais, o PL reduz a alíquota do IRPF para trabalhadores com renda de até R\$ 7.350, ou o equivalente a 4,5 SMs.

O projeto, anunciado no fim de 2024, foi mal recebido por alguns economistas. A principal crítica não contempla a isenção em si, mas o seu impacto fiscal, que pode pôr a já elevada relação Dívida/**PIB** em uma trajetória de descontrole. A crítica não é de todo infundada, pois o Brasil realmente precisa lidar de forma mais rígida com o seu endividamento público. Entretanto, não dá para desconsiderar o papel da política em se buscar alternativas para a estabilização fiscal.

Além disso, o PL promete ser neutro do ponto de vista fiscal, já que a desoneração dos grupos de renda inferior a 4,5 SMs deverá ser compensada pela implementação de uma alíquota de no máximo 10% para pessoas com rendimentos superiores a R\$ 600 mil, considerando todos os rendimentos recebidos, inclusive lucros e dividendos. Ademais, ao substituir **impostos** de famílias de baixa renda para pessoas de alta renda, o governo eleva não só a renda corrente, mas também a renda permanente de famílias com elevada propensão a consumir. Ao fazer isso, o PL pode desencadear um novo ciclo expansionista da atividade, inclusive com impactos transbordando para o longo prazo.

Voltando ao trecho inicial, os autores estão debruçados sobre uma das questões mais essenciais em finanças públicas: o que é uma tributação justa? Devido ao elevado grau de subjetividade que a definição de justiça tributária possa ter, o debate econômico cada vez mais empirista se esvazia da discussão. Mas Richard e Peggy Musgrave o enfrentam a partir de dois princípios: o primeiro é o do benefício - ou seja, a justiça tributária é feita quando o pagamento está em linha com o benefício; o segundo está ancorado na capacidade de pagamento.

Tomando o segundo princípio como base, ele sustenta

que indivíduos com mesma renda devem pagar o mesmo imposto e que pessoas com renda diferente devem pagar **impostos** diferentes. Pelas regras atuais, trabalhadores com rendas mensais um pouco superiores a 2 SMs pagam IRPF, enquanto muitos indivíduos com rendas centenas de vezes maiores pagam relativamente menos (ou nada). Isso faz a carga tributária brasileira demasiadamente regressiva. O PL em trâmite no Congresso não torna a tributação da renda progressiva - para que isso pudesse acontecer, os mais ricos deveriam pagar alíquotas proporcionalmente maiores -, mas é inequívoco que o PL atenua a regressividade, sendo um passo para a construção de um sistema tributário mais equitativo.

O fato é que a conjunção da **reforma tributária** dos **impostos** indiretos que passa a vigor gradualmente a partir do ano que vem e dessa minirreforma da renda aproxima o país dos bons princípios de tributação.

Todos concordam que o sistema tributário deveria ser equitativo, que cada contribuinte deveria contribuir com uma participação justa pelo custo do governo. Mas não existe consenso sobre como a contribuição justa poderia ser definida

O trecho traduzido do livro Public finance in theory and practice chama atenção para um dos temas essenciais em finanças públicas: a tributação justa. Nos últimos anos, o Brasil tem dado importantes passos em direção a um modelo tributário melhor, o que torna o trecho oportuno. A reforma de tributação indireta, cuja transição para o modelo do IVA dual entrará em vigor em 2026, trará relevantes impactos. No capítulo 12 do livro, Richard e Peggy Musgrave dissertam sobre os princípios de um bom regime tributário. São eles: neutralidade, simplicidade e equidade.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Isso posto, a migração do sistema tributário atual para o modelo IVA torna o código tributário mais simples, já que se trata de um sistema em utilização em parte do mundo. Imagine uma multinacional com planta produtiva no Brasil e em outros países que adotam o IVA. Pelo modelo tributário atual, ao optar por produzir no Brasil, essa empresa teria custos com serviços contábeis e jurídicos associados à nossa **legislação tributária**, que tornariam a planta brasileira mais ineficiente em relação às demais localidades.

Em suma, o regime de tributação indireta no país gera a necessidade de serviços a ela associados que oneram a produção e penalizam a empresa nacional. Essa fonte de ineficiência, no entanto, será atenuada com a migração para o IVA dual, que é mais simples e parecido com o modelo de tributação indireta nas

principais economias industriais.

Mas a melhora do ambiente tributário não se restringe à reforma da tributação indireta. No fim de agosto, a Câmara votou o requerimento de urgência do PL 1.087/25, que, se aprovado, pode significar um avanço em matéria tributária. O PL propõe isentar a partir do exercício fiscal de 2026 a cobrança do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) dos contribuintes com renda inferior a R\$ 5 mil. Em termos de salário mínimo (SM) para o ano de 2026, previsto no PLOA, de R\$1.631, a isenção abrange pessoas cuja renda é de 3 SMs. Ademais, o PL reduz a alíquota do IRPF para trabalhadores com renda de até R\$ 7.350, ou o equivalente a 4,5 SMs.

O projeto, anunciado no fim de 2024, foi mal recebido por alguns economistas. A principal crítica não contempla a isenção em si, mas o seu impacto fiscal, que pode pôr a já elevada relação Dívida/**PIB** em uma trajetória de descontrole. A crítica não é de todo infundada, pois o Brasil realmente precisa lidar de forma mais rígida com o seu endividamento público. Entretanto, não dá para desconsiderar o papel da política em se buscar alternativas para a estabilização fiscal.

Além disso, o PL promete ser neutro do ponto de vista fiscal, já que a desoneração dos grupos de renda inferior a 4,5 SMs deverá ser compensada pela implementação de uma alíquota de no máximo 10% para pessoas com rendimentos superiores a R\$ 600 mil, considerando todos os rendimentos recebidos, inclusive lucros e dividendos. Ademais, ao substituir **impostos** de famílias de baixa renda para pessoas de alta renda, o governo eleva não só a renda corrente, mas também a renda permanente de famílias com elevada propensão a consumir. Ao fazer isso, o PL pode desencadear um novo ciclo expansionista da atividade, inclusive com impactos transbordando para o longo prazo.

Voltando ao trecho inicial, os autores estão debruçados sobre uma das questões mais essenciais em finanças públicas: o que é uma tributação justa? Devido ao elevado grau de subjetividade que a definição de justiça tributária possa ter, o debate econômico cada vez mais empirista se esvazia da discussão. Mas Richard e Peggy Musgrave o enfrentam a partir de dois princípios: o primeiro é o do benefício - ou seja, a justiça tributária é feita quando o pagamento está em linha com o benefício; o segundo está ancorado na capacidade de pagamento.

Tomando o segundo princípio como base, ele sustenta que indivíduos com mesma renda devem pagar o mesmo imposto e que pessoas com renda diferente devem pagar **impostos** diferentes. Pelas regras

atuais, trabalhadores com rendas mensais um pouco superiores a 2 SMs pagam IRPF, enquanto muitos indivíduos com rendas centenas de vezes maiores pagam relativamente menos (ou nada). Isso faz a carga tributária brasileira demasiadamente regressiva. O PL em trâmite no Congresso não torna a tributação da renda progressiva - para que isso pudesse acontecer, os mais ricos deveriam pagar alíquotas proporcionalmente maiores -, mas é inequívoco que o PL atenua a regressividade, sendo um passo para a construção de um sistema tributário mais equitativo.

O fato é que a conjunção da **reforma tributária** dos **impostos** indiretos que passa a vigorar gradualmente a partir do ano que vem e dessa minirreforma da renda aproxima o país dos bons princípios de tributação.

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/opiniao/2025/09/7-245092-a-inequivoca-melhora-da-tributacao-no-brasil.html>

O Congresso, sobretudo a Câmara, é o centro da crise brasileira

Questionado sobre a qualidade do Congresso Nacional, Ulysses Guimarães, segundo contam, aconselhou a "esperar pelo próximo", que, no seu entender, seria pior. A frase entrou para o folclore político e hoje pesa como maldição. As últimas legislaturas têm feito indagar se é falso o fundo do poço da política brasileira.

Em 2026, o eleitor precisará fazer muito esforço para piorar o que aí está. A mera manutenção já será elemento de deterioração. Difícil imaginar períodos em que interesses particularistas tenham se alinhado de modo tão pernicioso quanto agora. O Congresso, sobretudo a Câmara dos Deputados, é o centro da crise brasileira.

A dominância do Executivo sobre a agenda legislativa distorcia o sistema, esvaziava o Parlamento. A distorção mudou de lado. Hoje é o Legislativo que define um jogo de má qualidade. Imprescindível para a democracia, o Congresso precisa demonstrar que não é útil apenas para si. Sem isso, põe em risco a própria democracia.

Na última semana, isso ficou gritante. Interesses da extrema direita, voltados a livrar Jair Bolsonaro da condenação no Supremo Tribunal Federal, foram ao encontro dos interesses do Centrão e delinearam o que pode vir a ser um desastre institucional.

Articula-se uma agenda que reúne anistia ao golpe com a blindagem parlamentar; alterações na Lei da Ficha Limpa e até intervenção no Banco Central. Além, é claro, da construção da candidatura oposicionista à Presidência da República que depende do consentimento da família Bolsonaro, embaixadores do iluminismo sombrio no país.

O abandono da pauta econômica e social completa o quadro: a regulamentação da **reforma tributária** vai a passo de cágado; a discussão da revisão de incentivos e desonerações a setores empresariais parece estar sob veto político; a isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil é analisada com oportunismo e incomum má vontade.

Ao mesmo tempo, inúmeros casos de defesa corporativa batem à porta, passando ao largo do regimento das Casas e de comissões de ética jamais tão pouco atuantes. Mesmo os esdrúxulos casos dos

amotinados na Câmara ou a atuação de Eduardo Bolsonaro - que, nos Estados Unidos, conspira contra o país - são tratados com vulgar desfaçatez.

Não se trata apenas de falta de pulso do presidente da Câmara. Definitivamente, Hugo Motta não é um líder, condutor político de processos de transformação histórica e aperfeiçoamento institucional. Mas seu problema maior reside em, antes, ser (e aceitar ser) compreendido como representante de interesses patrimonialistas definidos por caciques que o apadrinharam e que, de fato, estão acima dele.

Desse alinhamento, conforma-se uma maioria devastadora, autônoma em relação à sociedade, crente de que seu poder se sobrepõe à própria Constituição, alvo recorrente de ameaças feitas em nome da conveniência dessa maioria.

Não espanta: fundos partidário e eleitoral e emendas ao Orçamento com verbas às mancheias fizeram do curral político a bússola que norteia novos coronéis, alheios às transformações do mundo que os rodeia. Não devem satisfação à opinião pública nacional; basta-lhes o clientelismo.

O velho PMDB - de Ulysses Guimarães e mesmo depois - não se resumia a apenas um centro de barganha fisiológica, troca de cargos e verbas por apoios. Configurava-se também como núcleo ativo na mediação de conflitos e na garantia da governabilidade. Sabedores da natureza do Estado, seus quadros tinham noção de limites institucionais. Ocasionalmente, seus interesses coincidiam com o interesse geral.

Em tudo diferente do Centrão, esse centro político está morto. Ficou no passado, que, não se sabia, não era tão feio quanto pintávamos. Com piora crescente, o futuro previsto por Ulysses chegou. De onde estiver, o deputado sorri amarelo, com o desalento de quem acertou quando preferiria ter errado.

*Carlos Melo é cientista político e professor senior fellow do Insper

Site:

<https://oglobo.globo.com/opiniao/artigos/coluna/2025/09/o-congresso-sobretudo-a-camara-e-o-centro-da-crise-brasileira.ghtml>

As medidas fiscais e o Plano Brasil Soberano

Cristina Câmara

A edição do Plano Brasil Soberano, por meio da Medida Provisória (MP) n.º 1.309, estimada em R\$ 30 bilhões para exportadoras brasileiras, busca conter os impactos das tarifas de importação impostas pelos EUA. Para estruturar a MP, o governo promoveu mais de 40 reuniões com cerca de 400 representantes de empresas, entidades privadas, federações, governadores e setores como manufatura, agro, tecnologia, mineração, saúde, alimentação, calçadista, moveleiro, além de empresas norte-americanas.

Além de medidas financeiras, o pacote traz incentivos fiscais para setores diretamente afetados. Destaca-se a prorrogação do regime especial de drawback, que suspende **tributos** sobre insumos importados usados na produção de bens exportados. A legislação prevê prazo de dois anos para exportação e a MP autoriza a extensão de até um ano, embora ainda seja incerto se será suficiente para redirecionar produtos ao mercado internacional.

Na prática, em razão das novas tarifas de Donald Trump, produtos finais ficaram sem perspectiva de exportação e os prazos do drawback podem encerrar-se, acarretando o pagamento não só dos **tributos** suspensos, mas também de multas aduaneiras.

Outra ação é o diferimento de **tributos** federais e prestações da dívida ativa, a depender de ato do ministro da Fazenda, ainda não publicado.

O mercado recebeu esta medida com cautela, já que, após o diferimento, a empresa deverá pagar **tributos** correntes somados aos adiados, situação que, em circunstância semelhante na pandemia, aumentou o endividamento fiscal.

A MP também prevê que o ato ministerial defina a prioridade na restituição e no ressarcimento de créditos tributários, mas setores criticam a ausência de informações sobre valores, prazos e operacionalização.

Já no campo do Reintegra (Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários), o crédito tributário concedido às exportações foi ampliado em 3%. Assim, grandes e médias empresas terão até 3,1% de alíquota e micro e pequenas até 6%. O impacto estimado é de R\$ 5 bilhões até 2026. Contudo, setores consideram a medida insuficiente, defendendo que o benefício deveria abranger

exportações para outros países e valer retroativamente.

Segundo representantes do agro, da indústria e entidades empresariais, o Plano Brasil Soberano demorou a ser editado, concentra recursos no curto prazo e não cobre integralmente os efeitos das tarifas. Assim, é urgente a regulamentação da MP para garantir a implementação efetiva e a avaliação de novas necessidades dos setores im-pactados.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Campos Neto afirma que nível de gastos do governo é "sustentável", mas critica tributos

ALINE BRONZATI

O vice-chairman e chefe global de políticas públicas do Nubank, Roberto Campos Neto, ex-presidente do Banco Central, afirmou ontem que o nível dos gastos do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva é "sustentável", mas criticou o aumento de **impostos**.

As declarações foram dadas a empresários e políticos no Instituto Milken, em Washington, durante evento do Grupo de Líderes Empresariais (Lide). "O Brasil tem claramente uma história fiscal, mas não é muito diferente de outros lugares", disse Campos Neto. Segundo ele, mercados emergentes e países desenvolvidos enfrentam desafios fiscais após a pandemia de covid-19, com a trajetória da dívida de muitas nações "claramente insustentável". "E o Brasil também está na mesma situação."

No caso do Brasil, Campos Neto disse que o País entrou em um "círculo vicioso" por conta do aumento dos programas de transferência de renda. Ele citou dados do Cadastro Único (CadÚnico), que mostram 94 milhões de brasileiros amparados por programas sociais. "O problema é que não temos como pagar por isso." Para Campos Neto, algumas das transferências sociais no Brasil são "muito boas". O problema, na visão do executivo, é o aumento de **impostos** para custear os programas. "Não quero criticá-los. Acho que, no geral, a quantidade de dinheiro que o governo está gastando é sustentável", avaliou, mas ressaltou: "A maneira de consertar isso é com mais **impostos**". "A narrativa é que temos de gastar mais porque temos todas essas pessoas para ajudar." Campos Neto fez ainda um aceno à gestão do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos). De acordo com ele, São Paulo tem sido um "exemplo", "mais responsável fiscalmente". No âmbito nacional, porém, o sistema tributário está em constante mudança, com **impostos** sendo criados o "tempo todo", disse.

Segundo o executivo, se o Brasil não mudar de um círculo "vicioso" para um círculo "virtuoso" será muito difícil crescer a longo prazo. "Vai ser muito difícil ver investimentos de longo prazo", acrescentou o ex-presidente do BC.

BOLSA. Ele observou que levantar capital no Brasil ainda é "muito difícil". Como exemplo, citou o fato de mais empresas brasileiras preferirem abrir o capital

nos EUA do que no mercado doméstico. O próprio Nubank tem ações listadas na Bolsa de Nova York (New York Stock Exchange -Nyse). Campos Neto defendeu a redução das burocracias para atrair capital estrangeiro. "Precisamos remover isso."

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Suprema Corte decide sobre taxas em novembro

WASHINGTON

A Suprema Corte dos Estados Unidos aceitou ontem conceder uma audiência em novembro ao governo para decidir se o presidente americano, Donald Trump, tem o poder de impor tarifas abrangentes amparado em uma lei federal que trata de emergências nacionais.

Pequenas empresas e alguns Estados americanos que contestaram as tarifas na Justiça alegando que o uso da legislação é ilegal também participarão da audiência.

Dois tribunais de primeira instância consideraram que a maioria das tarifas foi imposta ilegalmente, embora uma Corte de apelação tenha decidido, por 7 votos a 4, mantê-las em vigor por enquanto.

Com decisões desfavoráveis, o governo Trump pediu à Suprema Corte que inter-viesse rapidamente, argumentando que o país pode ficar à "beira de uma catástrofe econômica" se o presidente for impedido de exercer autoridade tarifária unilateral.

O caso será julgado por um tribunal que tem relutado em frear os poderes de Trump. A grande questão deve ser se o republicano poderia impor um tarifaço a todos os parceiros comerciais sem a aprovação do Congresso. Três dos juízes do tribunal, de maioria conservadora, foram nomeados por Trump em seu primeiro mandato.

ARRECADAÇÃO. A receita proveniente das tarifas totalizou US\$ 159 bilhões no final de agosto, mais do que o dobro do que era no mesmo período do ano anterior. O procurador-geral, John Sauer, argumentou que as decisões dos tribunais inferiores já estão afetando essas negociações comerciais.

Se as tarifas forem revogadas, o Tesouro dos EUA poderá ser prejudicado ao ter de reembolsar alguns dos **impostos** de importação que arrecadou, disseram autoridades do governo Trump. Uma decisão contra eles poderia prejudicar a capacidade do país de reduzir o fluxo de fentanil e os esforços para acabar com a guerra da Rússia contra a Ucrânia, argumentou Sauer.

O governo conseguiu convencer quatro juízes do

tribunal de apelação que consideraram que a Lei de Poderes Econômicos de Emergência Internacional de 1977, ou IEEPA, permite que o presidente regule as importações durante emergências sem limitações explícitas. Nas últimas décadas, o Congresso cedeu parte da autoridade tarifária ao presidente, e Trump aproveitou ao máximo esse vácuo de poder.

O caso envolve dois conjuntos de **impostos** de importação, ambos justificados por Trump com a declaração de emergência nacional: as tarifas anunciadas pela primeira vez em abril e as de fevereiro sobre as importações de Canadá, China e México. Não inclui suas taxas sobre aço, alumínio e automóveis estrangeiros, nem as tarifas que Trump impôs à China em seu primeiro mandato e que foram mantidas pelo presidente democrata Joe Biden. Trump pode impor tarifas sob outras leis, mas essas têm mais limitações quanto à rapidez e severidade com que ele pode agir. ap

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Vítimas comerciais de Trump ignoram ataques, e a China ganha espaço (Artigo)

THE ECONOMIST

© 2024 THE ECONOMIST NEWSPAPER LIMITED.

DIREITOS RESERVADOS. PUBLICADO SOB LICENÇA. O TEXTO ORIGINAL EM INGLÊS ESTÁ EM WWW.ECONOMIST.COM

A Rodada Trump" de negociações comerciais, como Jamieson Greer, representante comercial dos Estados Unidos, a chama, tinha o objetivo de reafirmar a primazia americana. Peter Navarro, conselheiro de longa data de Donald Trump, chegou a sugerir que o presidente merecia um prêmio Nobel de Economia por mostrar como o maior mercado do mundo pode dobrar o comércio global à sua vontade. A aposta da Casa Branca é que o desmantelamento da antiga ordem, antes policiada - mesmo que de forma irregular - pela Organização Mundial do Comércio (OMC) dará início a uma nova ordem com os EUA em seu centro.

No entanto, ao agir como se o país continuassem sendo o eixo do comércio mundial, Trump pode estar acelerando sua mudança para outro lugar.

O maior mercado do mundo é menos central para o comércio global hoje do que já foi. No início do século, os EUA eram responsáveis por 20% das importações globais; hoje, representam 12,5%.

Enquanto os países fazem acordos tarifários com Trump para garantir o acesso ao mercado, eles estão elaborando alternativas.

Como disse uma autoridade sul-coreana, o primeiro passo é fazer concessões aos EUA, o segundo é procurar outro lugar.

ALTERNATIVAS. Governos estão se protegendo contra o fim da antiga ordem econômica.

Alguns estão apoiando as empresas locais com subsídios e protecionismo. Outros estão buscando novos mercados. E os mais ousados estão formando alianças para contrabalançar a influência dos EUA. Para muitos, a escolha não é entre a deferência a Washington ou um Estado de natureza hobbesiano, mas entre soluções de curto prazo e alternativas de longo prazo.

Dada a predileção de Trump por **impostos** e a tendência de os **impostos** durarem mais do que o seu criador, as ajudas às vítimas da guerra comercial correm o risco de desperdiçar dinheiro e distorcer os mercados.

O Brasil revelou um pacote de crédito de US\$ 6 bilhões (R\$ 30 bilhões), que inclui isenções fiscais e garantias de compras estatais. Com as finanças públicas já sob pressão, o plano assustou os investidores.

O Canadá prometeu quase US\$ 1 bilhão (R\$ 5,4 bilhões) para apoiar seu setor madeireiro.

A África do Sul propôs políticas para permitir que os exportadores coordenem os custos de transporte e construam infraestrutura em conjunto, mesmo que isso signifique contornar as regras antitruste.

Canadá e Japão estão aplicando novas taxas sobre as importações de metais. E a Índia está dobrando sua campanha Made in India. Em 15 de agosto, Narendra Modi, o primeiro-ministro do país, exaltou a autossuficiência em tudo, de energia a jatos de combate.

Embora até o momento não tenha havido muita retaliação contra Trump, o risco é que o protecionismo imitador se multiplique, aumentando os custos para todos.

Da Ásia à África, os governos estão estimulando suas empresas com fundos e incentivos à exportação. Cingapura e Coreia do Sul, por exemplo, estão financiando pequenas empresas para explorar oportunidades no sul da Ásia, no Oriente Médio e no México. Alguns já estão redirecionando o comércio.

Agricultores sul-africanos estão enviando mais produtos para a China e pressionando a União Europeia a flexibilizar suas regras de saúde para cítricos.

Fabricantes de roupas do Lesoto - antes voltados para empresas americanas, como Gap e Levi's - estão se voltando para compradores regionais e testando a demanda na Ásia. Os exportadores de café do Brasil, atingidos por uma tarifa americana de 50%, estão aumentando as remessas para o norte da África e o

O Oriente Médio, onde os volumes de vendas aumentaram em 60% no ano passado. No entanto, mesmo com essa diversificação, a substituição dos EUA, que ainda é o destino de 16% dos grãos do Brasil, levará tempo.

As novas alianças são o ponto mais importante. O Canadá e o México, os dois vizinhos e parceiros dos Estados Unidos no Acordo EUA-México-Canadá (USMCA), estão se aproximando, à medida que os EUA se tornam menos confiáveis.

No mês que vem, Mark Carney, o primeiro-ministro do Canadá, visitará o México, onde deverá discutir a resiliência da cadeia de suprimentos, o comércio porto a porto e as joint ventures em energia e inteligência artificial.

ARTICULAÇÃO DE LULA. Muitos dos países do Brics foram alvo da ira de Trump, mais recentemente com suas taxas de 50% sobre o Brasil e a Índia.

Em resposta, o presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, tem trabalhado para reunir aliados. No dia 7 de agosto, ele e Modi discutiram um estreitamento de laços, incluindo vínculos de pagamentos digitais que poderiam reduzir o domínio dos bancos americanos.

Quatro dias depois, Lula conversou com Xi Jinping, líder da China, sobre o aprofundamento do comércio.

Quando se trata de comércio, o bloco dificilmente está subordinado aos EUA. O Tio Sam compra apenas 16,6% dos produtos indianos e 14,3% das exportações brasileiras, sendo que, neste último, o valor era de 20% há duas décadas. Como grupo, os membros do Brics agora comercializam mais produtos entre si do que com os EUA e a diferença está aumentando. A integração está se acelerando. Mais de uma dúzia de países, incluindo a Tailândia e o Vietnã, buscaram o status de país parceiro ou solicitaram a adesão.

O maior vencedor das novas alianças pode ser a China. Suas exportações para o Sul Global dobraram desde 2015 - e ela vende mais para o sul e sudeste da Ásia, América Latina e Oriente Médio do que para os EUA e Europa Ocidental. Em julho, mesmo com o colapso das exportações para os EUA, suas exportações gerais cresceram 7% em relação ao ano anterior.

As tarifas de Trump aprofundaram esses vínculos. Em junho, Xi se comprometeu a eliminar quase todas as tarifas sobre as importações da África e está participando de cúpulas com líderes da América Latina e do Sudeste Asiático.

A China e a Associação das Nações do Sudeste

Asiático - que juntas abrigam 25% da população mundial e 20% do **PIB** - estão reformulando seu acordo de livre-comércio, que deverá ser ratificado até o final do ano. As relações com a Índia estão se descongelando. As empresas indianas estão explorando projetos de veículos elétricos e baterias com suas contrapartes chinesas. Trump queria os EUA no centro do comércio mundial. As coisas não estão saindo como planejado. |

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Deputado negocia tributação de LCAs e CRAs com ruralistas

Beatriz Roscoe e Giordanna Neves De Brasília

O deputado Carlos Zarattini (PT-MG), relator da medida provisória (MP) que traz alternativas ao aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF), disse ao Valor que vai retirar do texto a tributação das debêntures incentivadas. Segundo o parlamentar, o mecanismo de isenção é importante para políticas públicas e a retirada do trecho tem apoio de pastas do governo, como o Ministério dos Transportes e Portos e Aeroportos.

Pelo projeto do governo, os rendimentos das debêntures incentivadas, criadas para financiar projetos de infraestrutura, passariam a ser tributados em 5% de Imposto de Renda na fonte, a partir de 2026. O relator afirmou que conversará com líderes partidários na semana que vem para articular o texto e quer apresentar o relatório no dia 16 de setembro. A expectativa no Ministério da Fazenda era de que o fim da isenção das debêntures incentivadas ajudasse a reduzir distorções no mercado.

Técnicos do Tesouro Nacional avaliam que as emissões elevadas desse tipo de papel vêm concentrando pressões em determinados vértices da curva de juros, já que investidores buscam se proteger em títulos públicos de prazos semelhantes.

Esse cenário foi um dos fatores que motivaram o leilão de NTN-Bs ultralongas realizado na semana passada, numa tentativa de dar mais uniformidade ao mercado. Fontes da pasta reconhecem, no entanto, que o Congresso está "jogando muito duro" para manter as isenções.

Outro ponto que exigirá negociação, na avaliação do relator, é a tributação em 5% no IR de títulos ligados ao agronegócio que hoje são isentos, como Letra de Crédito do Agronegócio (LCA) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs).

O relator afirmou que há "pouco espaço" para ceder, mas será necessário conversar para ter o apoio da bancada ligada ao setor. O deputado está em conversas com a Frente Parlamentar do Agronegócio (FPA) e tentará encontrar um meio-termo.

Uma alternativa levantada nos bastidores seria estabelecer o fim da isenção de LCA e Letra de

Crédito Imobiliário (LCI), mas manter a isenção, além das debêntures, de outros papéis como CRA, Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro), Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI) e Fundo de Investimento Imobiliário (FII). Não há ainda, no entanto, decisão tomada.

O Ministério da Fazenda tem trabalhado para reduzir a resistência dos setores agrícola e imobiliário às tributações. A pasta prepara um pacote regulatório voltado aos setores como forma de "casar" essas medidas com o aumento de alíquota previsto na medida provisória.

As propostas regulatórias, que serão tratadas no âmbito do Conselho Monetário Nacional (CMN), buscam garantir que os recursos incentivados sejam efetivamente direcionados aos setores-alvo, ampliando a oferta de crédito e reduzindo o custo das linhas. Há uma avaliação que o incentivo tributário sobre papéis como LCIs e LCAs, que será mantido em menor grau mesmo após o fim da isenção, não têm chegado a esse grupo.

As propostas em estudo visam dar continuidade à uma agenda que avançou no CMN no ano passado, quando foram aprovadas medidas para garantir que títulos como CRA, CRI, LCA, LCI e LIG sejam lastreados apenas em operações diretamente ligadas ao agronegócio ou ao mercado imobiliário, evitando distorções e usos para fins que não correspondem aos objetivos originais desses instrumentos.

Já o trecho da MP que estabelece a unificação da alíquota de 17,5% sobre aplicações financeiras deve ser mantido. Com isso, acaba o modelo escalonado, que previa 22,5% para investimentos de até seis meses e 15% para os que superassem dois anos. Integrantes da Fazenda ponderam que esse incentivo para reter papéis é desnecessário e não faz sentido no mercado atual. Hoje, os prazos dos títulos no Brasil superam dez anos, enquanto o benefício foi criado mirando prazos de dois anos.

Alguns técnicos da Fazenda ouvidos pelo Valor ponderam que a uniformização da alíquota poderia afetar negativamente principalmente os fundos de renda fixa e provocar alguma pressão altista na dívida pública, sobretudo no curto prazo. Essa pressão decorreria da necessidade de o Tesouro Nacional

oferecer um prêmio maior para conseguir emitir títulos de prazos mais longos.

A avaliação, contudo, é de que o efeito não será disruptivo e tende a se acomodar gradualmente, apesar de não saberem em qual velocidade. O consenso entre os técnicos é de que o caminho mais saudável seria uma uniformização ampla da tributação, abrangendo todos os ativos, das letras de crédito e debêntures aos títulos públicos.

A MP precisa ser aprovada nas duas Casas antes do dia 10 de outubro -data em que irá perder a validade. A proposta enfrenta resistências no Congresso Nacional desde que foi apresentada, na esteira da crise relativa ao decreto do governo que aumentou o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF).

A medida tem estimativa de arrecadação de R\$ 20 bilhões e está contabilizada como receita no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2026, ano em que o governo projeta um superávit de 0,25% do **PIB**. Segundo o relator, é possível votar o texto na Comissão Mista no dia 17 de setembro, na Câmara até o fim do mês e no Senado até a primeira semana de outubro.

O deputado disse ainda que aguarda um relatório da Receita que detalha a arrecadação para cada ponto contido na proposta para negociar um acordo com as bancadas e ver o que pode ser alterado para garantir a aprovação, mas afirmou que a Fazenda quer preservar a espinha dorsal do projeto que também aumenta a tributação das bets, das finte-chs, dos bancos e do Juros sobre Capital Próprio (JCP).

A principal fonte de arrecadação da proposta vem da limitação de compensações tributárias. Esse ponto é outro que enfrenta resistências no setor produtivo, que também tem levantado críticas. O Ministério da Fazenda defende a medida e afirma que o mecanismo combate fraudes tributárias.

De qualquer maneira, o ambiente hoje no Legislativo não é simples para a aprovação da proposta. O discurso de que "o Congresso Nacional não apoiará mais nenhum aumento de **impostos**" continua a ser impulsionado por parlamentares do Centrão e da oposição ao governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Mas o relator avalia que será possível construir um acordo para a aprovação da medida.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250910>

Macron nomeia centrista Sébastien Lecornu como novo premiê da França

Michel Rose Reuters, de Paris

O presidente da França, Emmanuel Macron, nomeou ontem o centrista Sébastien Lecornu, ex-conservador que apoiou sua candidatura presidencial em 2017, como primeiro-ministro, contrariando expectativas de que pudesse pender para a esquerda.

A escolha de Lecornu, de 39 anos, reflete a determinação de Macron em seguir adiante com sua agenda pró-mercado, sob a qual reduziu **impostos** para empresas e para os mais ricos e elevou a idade mínima de aposentadoria.

Entretanto, em um gesto incomum na política francesa, o gabinete presidencial disse que Macron pediu a Lecornu que converse com todas as forças políticas no Parlamento para buscar compromissos sobre o orçamento e outras políticas antes de anunciar a formação do novo ministério.

Lecornu será o 5º premiê de Macron em menos de dois anos, depois que o Parlamento, profundamente dividido entre três campos ideológicos opostos, depôs François Bayrou na segunda-feira devido aos seus planos para conter o endividamento crescente do país.

A decisão do impopular Macron de nomear um aliado fiel corre o risco de soar insensível e inflamar o descontentamento popular num momento em que as pesquisas indicam que os eleitores estão perdendo a confiança no governo.

A notícia de sua nomeação foi recebida com desdém por partidos de esquerda, que convocaram para hoje protestos nacionais sob o lema "Parar tudo".

O partido de extrema esquerda França Insubmissa disse que apresentará uma moção de desconfiança contra Lecornu, mas a iniciativa dificilmente terá êxito depois que o presidente do partido de extrema direita Reunião Nacional (RN), Jordan Bardella, sinalizou disposição, ainda que provisória, de colaborar com Lecornu na discussão do orçamento.

Isso deixaria Lecornu e seu governo dependentes do humor do RN, que foi decisivo tanto para a queda de Bayrou quanto de seu antecessor, Michel Barnier.

A prioridade de Lecornu será formar um consenso em

tomo do orçamento para 2026, uma tarefa que custou o cargo de Bayrou, que havia defendido cortes agressivos dos gastos para conter o déficit que já chega ao dobro do teto de 3% do **PIB**.

Mais recentemente, Lecornu atuou como ministro da Defesa de Macron. Ele entrou na política fazendo campanha para o ex-presidente Nicolás Sarkozy quando tinha 16 anos. Se tornou prefeito de uma pequena cidade aos 18 anos e, aos 22, tornou-se o mais jovem assessor do governo de Sarkozy.

Ele deixou o partido conservador Os Republicanos para se juntar ao movimento de Macron quando o presidente foi eleito em 2017. Cinco anos depois, ele coordenou sua campanha de reeleição.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20250910>

Enviado à Câmara, projeto do Refis 2025 prevê descontos de até 60% em juros e multas

Eliane Santos eliane.santos@rac.com.br

A Prefeitura de Campinas encaminhou à Câmara Municipal projeto de lei do Programa de Regularização Fiscal (Refis) 2025, que prevê descontos de até 60% em **impostos** municipais.

A medida foi anunciada após pedido apresentado, em agosto deste ano, por 13 entidades representativas do setor produtivo da cidade. A reivindicação foi feita por associações como o Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) - Campinas, Sindicato da Indústria da Construção Civil (SindusCon), Associação Comercial e Industrial de Campinas (Acic), Sindicato do Comércio Varejista (Sindilojas), Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) e Associação Regional da Habitação (Habicamp).

De acordo com a nota encaminhada à imprensa ontem, o desconto é válido para juros e multas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), além de taxas, multas e autuações. O valor poderá ser parcelado em até 60 vezes tanto para pessoas físicas como jurídicas. A data de início do programa será definida a partir da tramitação do projeto na Câmara, mas a expectativa é que seja entre o final de setembro e o início de outubro. As negociações serão feitas online.

Para garantir o início do Refis, o líder de governo, vereador Paulo Haddad (PSD), adiantou ao Correio Popular que deve pedir urgência ao projeto. "Teremos de pedir urgência.

Serão duas votações, tanto a de legalidade quanto a de mérito. Depois os prazos serão definidos no decreto regulamentador", completou Haddad.

Podem se beneficiar os seguintes contribuintes: que estão inscritos na dívida ativa do município; com dívidas de **impostos** e taxas que tenham participado do programa do Refis em 2023, mas perderam a negociação por conta de atrasos nas parcelas; e quem está com parcelas atrasadas deste ano. O total da dívida ativa de Campinas gira hoje em torno de R\$ 13

bilhões. Ainda não há expectativa de arrecadação com o novo programa.

"O Refis foi proposto em função das solicitações de entidades da sociedade civil, empresas e cidadãos que nos procuraram com o objetivo de negociar seus débitos e ficar em dia com a Prefeitura", disse o secretário municipal de Finanças, Aurílio Caiado. De acordo com Caiado, o nível de inadimplência atual do IPTU está entre 16% e 18%. A taxa é inferior aos 22% registrados durante a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022.

No caso dos contribuintes que optarem pelo parcelamento da dívida é necessário o cadastro no Ambiente Exclusivo ([https://portal.campinas](https://portal.campinas.sp.gov.br/servico/ambienteexclusivo-fincas).

sp.gov.br/servico/ambienteexclusivo-fincas). Nos casos de pagamento à vista de IPTU e Taxa de Lixo é ainda mais prático, basta emitir a guia na página de Finanças, no portal da Prefeitura ([www.campinas](http://www.campinas.sp.gov.br)).

sp.gov.br).

Ainda de acordo com o projeto encaminhado para votação na Câmara, as empresas que quiserem aderir ao Refis precisam ter o Certificado Digital e-CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), com data de validade no prazo. Os parcelamentos poderão ser feitos em até 6 vezes sem encargos, ou de 7 a 60 vezes com 6% de juros compensatórios ao ano. Quem tem dívida superior a R\$ 1 milhão poderá parcelar em até 96 vezes (confira o quadro).

Os **tributos** municipais são a principal fonte de receita da Prefeitura de Campinas. A maior delas é o ISSQN, com a arrecadação prevista de R\$ 2,5 bilhões. Em segundo lugar aparece o IPTU, com R\$ 1,6 bilhão. Esses dois **tributos** somam R\$ 4,1 bilhões, o equivalente a 37,96% do Orçamento municipal deste ano, previsto em R\$ 10,8 bilhões. A terceira principal fonte de recursos envolve os repasses de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), um tributo estadual previsto para gerar uma receita de R\$ 1,28 bilhão para Campinas em 2025.

A presidente da Associação Comercial e Industrial de

Campinas (Acic), Nina Bertelli, avaliou que a decisão da Prefeitura de enviar o projeto à Câmara é muito positiva.

"O programa representa uma oportunidade importante para que empresas e cidadãos regularizem suas pendências, recuperem o fôlego financeiro e mantenham suas atividades em conformidade com a legislação.

Num cenário econômico ainda desafiador, medidas como esta contribuem para fortalecer o ambiente de negócios, dar condições de planejamento às empresas e ampliar a arrecadação municipal de forma sustentável. A ACIC apoia iniciativas que incentivem a formalidade e a saúde financeira das empresas, pois entendemos que quando o setor produtivo está fortalecido, toda a cidade se beneficia, com geração de empregos, renda e desenvolvimento." ENTIDADES
No dia 19 de agosto, o Correio Popular publicou reportagem sobre a reivindicação feita por 13 associações representativas do setor do comércio, corretores de imóveis e habitação, por exemplo, para que a Prefeitura da cidade fizesse um novo projeto de Refis. O último programa oferecido em Campinas ocorreu no final de 2023, também após pedido apresentado por entidades.

Na época, foram firmados 9,5 mil acordos para pagamento de dívidas, somando R\$ 237,4 milhões. O montante foi 3,96 vezes maior em relação aos R\$ 60 milhões previstos inicialmente.

No primeiro mandato do prefeito Dário Saadi (Republicanos) também foi aplicado um Refis em 2021, principalmente por causa da pandemia do covid-19.

As entidades argumentaram, na época, que enfrentam um cenário nacional complicado em função das dificuldades econômicas marcadas pela elevada taxa de juros, que prejudica as vendas e a obtenção de crédito, e as frequentes oscilações do mercado.

Pesquisa realizada em julho pela Ciesp mostrou que 64% das indústrias da região temiam sofrer os efeitos do tarifaço de 50% imposto pelo governo dos Estados Unidos, que entrou em vigor no mês passado.

Segundo as associações, o quadro adverso faz com que muitas empresas não consigam manter os pagamentos de **impostos** em dia. Para elas, a renegociação de **tributos** municipais ajudará na regularização e também favorecerá as atividades econômicas.

"O setor industrial de Campinas, um dos principais motores da economia local, enfrenta um cenário

desafiador.

A persistência de dificuldades econômicas e as recentes oscilações do mercado têm gerado um acúmulo de débitos fiscais, inviabilizando o pleno desenvolvimento de diversas empresas e, conseqüentemente, a manutenção de empregos e o crescimento da arrecadação municipal", disse José Henrique Toledo Corrêa, diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) - Campinas. Corrêa também destacou que "essa redução da atividade econômica pode penalizar ainda mais as empresas, principalmente porque sabemos que muitas delas estão na cadeia produtiva de outras, que já sofreram os impactos do tarifaço dos Estados Unidos. Dessa forma, avaliamos que esse projeto que propõe descontos de até 60% em débitos de IPTU, ISSQN, ITBI, além de taxas e multas, que poderão ser parcelados em 60 vezes, podem ajudar e dar fôlego para essas empresas nesse momento".

A mesma opinião tem Marcio Benvenuto, diretor do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado de São Paulo (SindusCon-SP). "Avaliamos que essa proposta da Prefeitura, encaminhada para a Câmara, com desconto de até 60% nos débitos de **impostos**, pode ajudar empresas de uma maneira geral e também o setor da construção civil.

Ao mesmo tempo, esse projeto pode gerar aumento de arrecadação para o município, com benefícios para toda a população."

Site: <https://correiodigital.rac.com.br/>

A hora da verdade no acordo Mercosul-UE (Editorial)

A Comissão Europeia iniciou oficialmente o processo de ratificação do acordo de associação com o Mercosul.

Após um quarto de século de negociações, o pacto chega à sua hora decisiva. Trata-se do maior tratado comercial já firmado pela União Europeia (UE) e do mais abrangente da história do Mercosul. Seus termos não se limitam à abertura de mercados: abarcam cooperação política, científica, cultural e ambiental, configurando uma parceria estratégica entre dois blocos que juntos somam mais de 700 milhões de pessoas e um **PIB** próximo de US\$ 22 trilhões.

Mais de 90% do comércio bilateral será liberalizado. A UE projeta aumentar em até 49 bilhões de euros suas exportações anuais ao Mercosul, sustentando mais de 440 mil empregos. Para o Brasil, o Ipea estima até 2040 um ganho de 0,46% do **PIB** (cerca de US\$ 9,3 bilhões) e de 1,49% nos investimentos, além de efeitos positivos sobre cadeias produtivas como a de alimentos industrializados.

Mas os ganhos vão além do comércio.

O acordo cria uma arquitetura institucional de cooperação em direitos humanos, ciência, cultura, meio ambiente e segurança, incluindo, por exemplo, compromissos vinculantes com o Acordo de Paris e fortalecendo programas de inovação conjunta, da biotecnologia à saúde digital.

Numa conjuntura de recrudescimento nacionalista, o pacto tem também valor geopolítico e simbólico. Em meio às tarifas arbitrárias de Donald Trump e à ascensão de uma China cada vez mais assertiva, sua eventual implementação será uma oportunidade de mostrar que duas regiões com afinidades históricas e institucionais ainda acreditam no comércio baseado em regras, contrapondo a visão de Trump de um jogo de soma zero e suas estratégias protecionistas - em que na prática todos perdem - com a confiança no livre comércio como um jogo de soma positiva em que todos ganham. É um gesto de autonomia estratégica tanto para a UE, que precisa diversificar parceiros diante da estagnação e da crise de competitividade, quanto para o Mercosul, que tem a chance de se reposicionar como ator global confiável.

Os obstáculos, contudo, permanecem.

A França lidera a resistência, travestindo de preocupações ambientais ou sanitárias o que é, em essência, protecionismo agrícola. A ratificação dependerá do voto favorável do Parlamento Europeu e de uma maioria qualificada no Conselho Europeu, ou seja, 15 dos 27 países, representando ao menos 65% da população do bloco. A Comissão Europeia busca contornar as resistências oferecendo salvaguardas, como monitoramento de perturbações bruscas de mercado vinculado a fundos bilionários para compensar agricultores.

Ainda assim, a batalha está contratada: progressistas verdes e populistas conservadores prometem uma aliança espúria para sepultar o acordo.

O desfecho dependerá da capacidade de atores como Berlim, Madri e Bruxelas de isolar Paris e mobilizar a maioria qualificada.

Do lado brasileiro, o acordo será um avanço necessário, mas não suficiente.

Ele só terá impacto pleno se acompanhado de uma agenda doméstica de reformas tributárias, redução do custo Brasil, abertura gradual e modernização produtiva. Não basta abrir mercados para commodities: é preciso tornar a indústria competitiva e inovadora.

A hora é de clareza política. A França e seus aliados não podem continuar a discursar em favor de uma Europa forte e, ao mesmo tempo, sabotar o mais estratégico de seus acordos comerciais.

O Brasil e seus vizinhos não podem se refugiar no velho estatismo e esperar que o pacto opere milagres: ele não pode ser visto como um fim em si mesmo, mas só o primeiro passo de uma agenda de liberalização e modernização.

A hora da verdade chegou. Mercosul e UE têm a oportunidade rara de reafirmar o valor do multilateralismo em uma era de fragmentação. Se a política paroquial não se sobrepuser ao bom senso econômico e estratégico, o acordo Mercosul-UE pode se tornar um marco de cooperação birregional - e uma demonstração de que, mesmo em tempos de muros e tarifas, a lógica da abertura e da integração ainda

pode prevalecer e render muitos frutos. I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"País tem de resolver questão fiscal para mudar de agenda"

Economista, foi secretária do Tesouro de 2016 a 2018 e é diretora de Macroeconomia do Santander desde 2019

A economista-chefe do banco Santander, Ana Paula Vescovi, avalia que é urgente o Brasil promover um ajuste estrutural nas contas públicas. A escalada de gastos, além de elevar a dívida e o custo de financiamento da economia, também desvia a atenção de outros problemas relevantes que precisam ser discutidos, segundo ela.

"Enquanto não retirar o problema fiscal da frente, vamos ficar eternamente discutindo isso", disse ela, em entrevista ao Estadão/Broadcast, acrescentando que manter no cálculo da meta do arcabouço as despesas do governo com o pacote para mitigar o impacto da tarifa dos Estados Unidos ajudaria a ancorar as expectativas em relação aos efeitos da política fiscal.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

O governo quer retirar do cálculo da meta fiscal R\$ 9.5 bilhões em despesas relacionadas ao pacote anti-tarifaço. Se o valor voltar à meta, como quer a oposição, qual será o impacto? Quanto mais despesas estiverem dentro do arcabouço, maior será a capacidade de ancorar as expectativas geradas pela política fiscal. A meta é de déficit zero neste ano, quando a estimativa do Santander é de déficit primário de R\$ 80 bilhões. Além disso, temos outras despesas que não geram impacto primário, mas sensibilizam a dívida pública. Está bastante patente a atenção do mercado com a evolução da dívida pública.

É viável acomodar esses R\$ 9.5 bilhões dentro dos limites do arcabouço?

É sempre viável quando você substitui despesas. O problema é que as despesas evoluem além do que a economia consegue absorver, principalmente as obrigatórias. Temos uma evolução próxima a 4% para um **PIB** que não consegue crescer na mesma velocidade. A consequência é uma sobrecarga de juros na economia. E não é esse juro da política monetária, de curto prazo. É um juro que sobrecarrega a própria dívida pública no seu refinanciamento. É importante dar confiança a um instrumento que ancore as expectativas e traga a percepção de que a dívida

pública pode ser financiada a um custo mais comedido. À medida que escolhemos prioridades, a evolução da dívida se torna mais sustentável.

O vice-presidente Geraldo Alckmin defendeu que é preciso fazer de tudo para alcançar o superávit primário de 0,25% do **PIB**, definido como meta para o ano que vem. Isso é possível? Acreditamos que vai estar mais na casa de 0,7% do **PIB** de déficit. Neste ano, cumprimos a meta. Para o ano que vem, as dúvidas estão lançadas. Deixamos de ter um dos fundamentos macroeconômicos importantes para a estabilização monetária depois de 2013. Foi quando começamos a ver o superávit primário, que estabiliza a dívida e é um dos três pilares macro importantes, ser diluído. A demografia puxa parte dos gastos obrigatórios, sendo a Previdência um grande emblema disso. Mas o País precisa discutir a fundo essa condição. Enquanto não retirar o problema fiscal da frente, vamos ficar eternamente discutindo isso.

O quadro fiscal já chegou a esse ponto?

Sim, estamos chegando a esse ponto de ter uma rediscussão. Ganhamos tempo porque houve um enfraquecimento do dólar, que ajudou a desinflacionar (a economia). Ajuda o Banco Central a enxergar quando será possível reduzir ciclicamente a taxa de juros, mas não a taxa de juros estrutural. Nesse momento, em que o País re-discute a sua agenda a cada quatro anos, é a hora de colocar um peso grande em endereçar esse pedaço do tripé que está faltando para anular a discussão macroeconômica e discutir os temas fundamentais de eficiência, produtividade, crescimento da renda do País, onde, na minha visão, também entra uma reforma administrativa para melhorar a eficiência dentro do gasto público. E tudo passa pela rediscussão da velocidade de crescimento do gasto público obrigatório.

A sra. entende que o debate eleitoral do ano que vem será muito centralizado na mudança fiscal? Isso também estará no foco do mercado financeiro?

Os mercados vão observar porque passa pela questão de custo de capital. O custo de refinanciamento da dívida (pública) rebate nos mercados financeiros locais. O Brasil já concede bons exemplos em várias esferas, em vários momentos, de como a expectativa de equilíbrio das contas públicas aliviou a economia. O

equilíbrio das contas públicas passa por um superávit na casa dos 2,5% do **PIB**. Por que esse superávit? Porque precisamos estabilizar os juros da dívida e a própria dívida pública. Se a economia cresce no longo prazo próximo a 2%, requer um superávit maior que isso para a dívida equilibrar.

Parte do mercado acredita que o governo pode cumprir as metas fiscais com novas fontes de arrecadação ou, por exemplo, com leilões de petróleo.

O ajuste fiscal pelo lado da receita não resolve. Se o gasto obrigatório cresce acima do **PIB**, retirar subsídios vai aumentar a carga tributária e gerar um sufocamento da atividade produtiva. Jamais a carga tributária vai conseguir conter o processo de um gasto obrigatório que cresce acima da capacidade da economia de absorver esse gasto. Além disso, você não vai conseguir achar fontes não recorrentes sempre. São duas agendas: tirar o tema fiscal da frente e discutir temas que vão levar o Brasil a crescer mais do que 1,5% ou 2% no longo prazo.*

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Ao estilo chinês, Hong Kong reconquista posição como centro financeiro global

Arjun Neil Alim, William Sandlund e Chan Ho-him
Financial Times, de Hong Kong

Ho Lee Fook é um luxuoso restaurante contemporâneo chinês no SoHo de Hong Kong, um local onde muitos dos profissionais do centro financeiro da cidade se reúnem para celebrar a assinatura de negócios ou a alta das ações. O nome significa "boa sorte para sua boca" em cantonês, mas em inglês soa mais a uma expressão que poderia ser usada para mostrar surpresa com o rápido renascimento que a cidade vem vivendo.

"Nunca estive tão otimista com Hong Kong", diz Syed Asim Hus-sain, fundador da rede BlackSheep Restaurants, que administra o Ho Lee Fook e outros restaurantes de alto padrão frequentados por estrangeiros e pelo mundo das finanças. As reservas feitas por empresas estão melhores do que nos últimos cinco anos, conta Hussain.

Assim como o apetite da turma das finanças por comidas requintadas está voltando, a cidade em torno a eles começou a emergir de um longo marasmo nos negócios.

O antigo território britânico havia sido descartado como centro financeiro mundial, depois de Pequim e de o governo local terem esmagado o movimento pró-democracia, aprovado mudanças impopulares nas leis e feito com que muitos trabalhadores imigrantes de alta qualificação optassem por ir embora diante das medidas rigorosas contra a covid-19.

Agora, o setor financeiro de Hong Kong vive uma retomada, atraindo trabalhadores do mundo inteiro e gerando boa parte da arrecadação tributária local. A cidade-Estado agora está à frente das rivais Nova York, Londres e Mum-bai nos rankings internacionais de captação de dinheiro em ofertas públicas iniciais de ações (IPOs). Seu índice acionário referencial, o Hang Seng, está entre os de melhor desempenho no mundo.

Ainda assim, muito mudou em relação às ondas de expansão anteriores. A imensa maioria das novas empresas registrando suas ações na bolsa agora é da China, e muitas delas já haviam aberto o capital em outros mercados. E, agora, o dinheiro investido é cada vez mais de origem chinesa, por meio do sistema de conexão de ações, que liga investidores da China

continental a Hong Kong por meio das bolsas de Xangai e Shenzhen. O que está em andamento é uma "continen-talização" dos mercados de capitais de Hong Kong, à medida que a China, segunda maior economia do mundo, passa a deixar uma maior marca no território.

"Pequim reinventou Hong Kong para seus próprios propósitos, mas também de forma a manter viva a imagem da cidade como um próspero centro financeiro", diz Stephen Roach, que foi presidente do Morgan Stanley Asia. "É muito diferente como cidade e centro financeiro do que imaginávamos que Hong Kong seria até apenas quatro ou cinco anos atrás."

O cenário atual é apenas mais uma reviravolta de uma cidade que já se reinventou inúmeras vezes, de vila de pescadores a entreposto comercial, de polo têxtil a centro industrial, enquanto passava pela transição de território dependente do Reino Unido a região administrativa especial da China.

O momento traz à memória a rápida industrialização de Hong Kong nas décadas de 1950 e 1960, impulsionada por migrantes da China continental e por um embargo encabeçado pelos EUA contra a República Popular da China.

Agora, mais do que uma vitrine para a entrada de capital e empresas estrangeiras na China, o papel de Hong Kong é o de uma porta de saída para investidores e empresas chinesas em direção ao resto do mundo. A mudança também levanta dúvidas sobre o futuro de sua "economia real", aquela fora do eixo financeiro, assim como sobre o futuro de outra cidade chinesa internacional, Xangai, que em outros tempos parecia cumprir um papel similar.

"Nosso lema costumava ser "a cidade mundial da Ásia", diz Hussain, "e eu acho que nossa nova identidade é a de cidade mundial da China."

No primeiro dia de negócios de uma nova empresa na Bolsa de Hong Kong (HKEX), um executivo é convidado à sede para soar um gongo cerimonial de início da sessão. Em uma cerimônia similar em julho, funcionários da bolsa sofreram para acomodarseisgongos no palco, um para cada empresa que lançava ações naquela manhã. Há uma fila de espera recorde de empresas solicitando o registro de

suas ações na HKEX, com mais de 200 pedidos, uma mostra da corrida desenfreada para captar dinheiro na cidade.

O plano de Pequim para a recuperação de Hong Kong, na prática, materializou-se em abril de 2024, por meio da Comissão Reguladora dos Valores Mobiliários da China. Entre os pontos do documento estavam a ampliação do sistema de conexão de ações, que permite a investidores da China continental aplicar em ativos negociados em Hong Kong e vice-versa, além de incentivos para que empresas chinesas registrem ações na HKEX.

As empresas chinesas deram ouvidos. Em meio a um ambiente de cautela para IPOs no resto do mundo, Hong Kong foi catapultada para o topo dos rankings internacionais no primeiro semestre de 2025 em termos de recursos captados. A fabricante de baterias para veículos elétricos CATL levantou mais de US\$ 5 bilhões, o maior IPO no mundo desde 2023 - um negócio que trouxe fundos internacionais e voltou a direcionar as atenções para a cidade.

A maioria dos grandes negócios, como os da CATL, da Jiangsu Hengrui Pharmaceuticals e da fabricante de eletrodomésticos Midea, que lançou suas ações em Hong Kong em 2024, é de empresas que já haviam aberto o capital em Xangai ou Shenzhen e fizeram listagens secundárias. Outras que já tinham ações em Hong Kong, realizaram novos grandes lançamentos, como a Xiaomi, que levantou US\$ 5,5 bilhões em oferta secundária em março.

As vendas de ações também colocam em evidência outra mudança observada nas empresas chinesas, em particular as de novas tecnologias: o uso de Hong Kong como centro de captação de recursos para expansão internacional. Elas vêm se expandindo a passos rápidos no exterior e precisam levantar capital, e também mantê-lo fora dos controles de capital existentes na China continental.

Nova York seria o local tradicional para empresas como Alibaba levantarem dinheiro no exterior, mas a ameaça do governo Donald Trump de tirar o registro das ações chinesas por problemas de segurança nacional ou com o uso de seus dados fez a cidade perder a atratividade. Alguns investidores estrangeiros também vêm retornando ao mercado de Hong Kong em busca de uma maior exposição à China e de diversificar suas carteiras de investimento, afastando-se dos EUA. A maior parte da atividade em Hong Kong, contudo, vem da China continental.

Os investimentos chineses no mercado acionário de Hong Kong atingiram recorde em 2025, uma vez que investidores do continente direcionam mais recursos

para empresas registradas na bolsa e ajudaram a impulsionar o índice Hang Seng, que acumula valorização de quase 30% no ano, um dos melhores desempenhos no mundo. Investidores chineses vêm comprando ações de empresas de tecnologia como Alibaba e Ten-cent, que não estão disponíveis nas bolsas do continente. O "momento DeepSeek" experimentado neste ano provocou um renascimento no interesse por tecnologia chinesa que pode ser sentido no resto do mundo, mas que é ainda mais vivo dentro do próprio país.

O fluxo de capital e de empresas chinesas para Hong Kong foi acompanhado pela chegada de um grande número de trabalhadores de colarinho branco do continente, que em muitos casos saíram das principais universidades e de grandes cidades chinesas para trabalhar no território.

Dados do Departamento de Imigração mostram que um novo programa de vistos, criado no fim de 2022 para atrair talentos de alta qualificação, resultou em 39.010 aprovações para candidatos da Clúna continental em 2024, superando as 35.058 aprovações concedidas no esquema geral de vistos de trabalho para estrangeiros. Os aluguéis residenciais em áreas nobres voltaram a subir para os níveis estratosféricos pelos quais Hong Kong tem fama internacional.

Hong Kong também se tornou o laboratório para grande parte da reforma e experimentação financeira da China e palco dos planos de Pequim de internacionalizar o uso do yuan. No orçamento de 2024, o governo informou que cerca de 75% do volume de negócios com yuans fora do continente se deu em Hong Kong. O foco dos esforços é expandir o uso da moeda no financiamento e na liquidação do comércio exterior. O progresso nesse front tem sido lento, mas mudanças geopolíticas podem acelerar a adoção da moeda chinesa, segundo analistas do Goldman Sachs, em nota para clientes.

"Nossa opinião é que a internacionalização do yuan será um pouco diferente da internacionalização típica de uma moeda, no sentido de que a China possui controles de capital", diz Hui Shan, economista-chefe para a China do Goldman Sachs. "Uma solução plausível é expandir o mercado offshore de yuans [...] Isso certamente beneficiará Hong Kong."

Por sua vez, a infraestrutura financeira de Hong Kong vem se aperfeiçoando para atender às necessidades de Pequim. Em março, a bolsa e a autoridade monetária da cidade anunciaram um plano para criar um novo órgão, similar às câmaras europeias de compensação e liquidação Euroclear e Clearstream, que permitiria à China passar a depender menos de instituições financeiras ocidentais e evitar um cenário

de confisco de ativos como o da Rússia.

Apesar de tudo isso, é improvável que a trajetória de Hong Kong siga em linha reta ascendente. Instituições financeiras ocidentais continuam cautelosas em investir grandes volumes, tendo em vista o risco de tensões geopolíticas entre o Ocidente e a China se refletirem no território.

O julgamento de alta visibilidade do fundador do jornal Apple Daily, Jimmy Lai, por questões de segurança nacional, e a frequente emissão de recompensas por informações sobre manifestantes de Hong Kong que agora vivem no exterior são lembretes de que a política nunca estará distante das preocupações empresariais.

Alguns na comunidade empresarial temem que os sonoros protestos do governo federal contra a decisão do conglomerado CK Hutchison, que tem sede em Hong Kong, de vender uma participação em portos internacionais possam enfraquecer o ambiente de negócios flexível que permite às empresas do território prosperarem.

Em termos mais amplos, o atrelamento do destino de Hong Kong ao da economia chinesa deixa o território mais vulnerável do que nunca à saúde do continente, que se aproxima de um ciclo deflacionário. Os números mais recentes do **PIB** do território mostram que a economia cresceu cerca de 3% no primeiro e segundo trimestres de 2025, embora as vendas varejistas tenham recuado por 14 meses consecutivos, afetadas pelo menor gasto dos turistas, até registrarem um ligeiro crescimento mais recentemente.

Isso levou algumas vozes a ressaltarem que o setor financeiro de Hong Kong está se dissociando do restante de sua economia - com um impacto incerto sobre seu status de cidade global.

Hong Kong é um "mundo completamente diferente agora", diz Raymond Yeung, economista-chefe para a Grande China do banco ANZ. "Em algum momento, Hong Kong se tornará a Manhattan da China", acrescenta "No domingo, você não verá pessoas ficando por aqui."

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20250910>